

DOSSIÊ: FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TELEJORNALISMO POLICIAL SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO¹

CARLOS AUGUSTO SOUSA DANTAS

Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista (BA). Mestrando no curso de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas (GePAD).

LUCI MARA BERTONI

Professora Plena do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Professora no Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB - no campus de Vitória da Conquista. Pedagoga, com Mestrado e Doutorado em Educação Escolar (UNESP). Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas - GePAD - vinculado ao Museu Pedagógico da UESB.

ÂNGELA VIANA MACHADO FERNANDES

Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp de Campinas (1979), mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp de Campinas (1990), doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp de Campinas (1995) e Pós-Doutorado em Direitos Humanos infante-juvenis na Faculdade de Direito na Universidade de Valencia (Espanha - 2008). Pós-Doutorado em Educação Social junto a Universidade de Salamanca (Espanha - 2011/2012). Atualmente é professora pesquisadora junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre álcool e drogas - GEPAD e à Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.

RESUMO

Este artigo discute a medida de intervenção federal no Rio de Janeiro, buscando entender a sua implementação a despeito de experiências militares progressas em território carioca. Nesse caminho, o estudo teve como objetivo geral analisar as memórias e as representações sociais do telejornalismo policial sobre a intervenção e apontar as peculiaridades da nova experiência militar. Como metodologia, adotaram-se a revisão de literatura e a análise de declarações oficiais tratando da intervenção, bem como a análise de conteúdo de matérias de um telejornal policial. Entre os referenciais teóricos possíveis ao estudo da memória, este trabalho está amparado nos escritos de Halbwachs ([1950] 1990) sobre a memória coletiva, e na Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici ([2000] 2005). Nesse passo, evidenciou-se que as representações sobre a insegurança social no Rio de Janeiro e a eficácia da intervenção, compartilhadas pela memória coletiva do telejornalismo policial, justificam e legitimam a medida interventiva.

Palavras-chave: Intervenção federal; Memória; Representações sociais.

ABSTRACT

MEMORIES AND SOCIAL REPRESENTATIONS OF POLICE TELEJOURNALISM ABOUT THE FEDERAL INTERVENTION IN RIO DE JANEIRO

This article discusses the federal intervention measure in Rio de Janeiro, seeking to understand its

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

implementation despite previous military experiences in Rio de Janeiro. In this regard, this study aimed to analyze the memories and social representations of police telejournalism about the intervention and point out the peculiarities of the new military experience. As our research methodology, we adopted the literature review and the analysis of official statements regarding with the intervention, as well as the content analysis of police news stories. Among the possible theoretical references for the study of memory, this work is supported by the writings of Halbwachs ([1950] 1990) on collective memory, and the Theory of Social Representations, elaborated by Serge Moscovici ([2000] 2005). In this step, it became evident that the representations about social insecurity in Rio de Janeiro and the effectiveness of the intervention, shared by the collective memory of police telejournalism, justify and legitimize the intervention measure.

Keywords: Federal Intervention; Memory; Social representations.

DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1020

Data de recebimento: 11/10/2018 – Data de aprovação: 11/04/2019

INTRODUÇÃO

Por força de um decreto assinado pelo presidente Michel Temer, desde 16 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro do mesmo ano, não só o controle das agências policiais e de segurança fluminenses passaram ao comando do governo federal (sob a figura de um interventor, o general do Exército Walter Braga Netto), como as Forças Armadas foram chamadas a atuar no estado, a fim de garantir a ordem, combater o tráfico de drogas e o crime organizado (NBR TV, 2018). Em uma cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente declarou, oficialmente, à imprensa que a intervenção foi decretada com o objetivo de “reestabelecer a ordem” no Rio de Janeiro, que teria sido “corrompida” pelo crime organizado e pelas quadrilhas. Nas palavras de Michel Temer, tratava-se de “enfrentar e derrotar” “uma metástase que se espalha pelo país” “ameaçando” a tranquilidade da população (NBR TV, 2018). A dilatação do crime organizado das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e sua fragmentação para os outros estados são uma preocupação denunciada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre as facções prisionais (FBSP, 2018a). Se estas são ameaças atuais, as preocupações em extirpá-las já contam com certa idade, bem como as estratégias adotadas pelo Estado.

Segundo Luiz Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé (2000), a brutalidade das ações militares foi tema de protestos da opinião pública em 1979, em virtude da transição democrática pela qual se suspirava naquele tempo. Caracterizaram esse período o fim do bipartidarismo implantado em 1966 em decorrência do golpe militar; a lei de anistia, que fez os exilados retornarem para o país; as discussões acerca de um modelo institucional ideal para a redemocratização do estado e a assimilação, neste projeto, da perspectiva dos direitos humanos. Esses e outros fatores foram gestados desde o início da década de 1970 por reivindicações sociais, no âmbito da igreja, em associações como a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras instituições, que acentuavam o papel desempenhado pelo Estado na promoção de violências. Nesta conjuntura, o debate sobre a segurança pública foi estimulado entre a população do Rio de Janeiro que, pelos efeitos da crise econômica da primeira metade da década de 1970, transporta-o também à década de 1980, no contexto das eleições de 1982 e do descrédito popular. A violência e o sentimento de medo e insegurança tornam-se as principais aflições no estado, o que é aguçado pelos meios de comunicação (SOARES; SENTO-SÉ, 2000).

Como demonstra Cecília Coimbra (2001), a década de 1990 foi o cenário de grandes investidas das forças de segurança pública na capital do Rio de Janeiro, que, espetacularizadas pela mídia, puderam ser

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

acompanhadas freneticamente pela população do país. Coimbra (2001) aponta as manobras frustradas de intervenção do Exército nos bairros e favelas cariocas (a Operação Rio I, em 1994, e a Operação Rio II, em 1995) como o estopim de reivindicações da sociedade instigadas pelos meios de comunicação de massa.

Conforme Ana Paula Mendes de Miranda (2014, p. 5), ainda que os anos 2000 tenham trazido consigo propostas políticas democráticas e sociais, este período ficou marcado também pelas incursões policiais nas favelas do Rio, caso das megaoperações de 2007 e 2008 sob o governo de Sérgio Cabral, que resultaram no “recorde de registro de autos de resistência (8,2/100.000 habitantes)”. Em 2009, criam-se as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em um projeto-piloto na favela Santa Marta, na zona sul do Rio, cujos objetivos tinham por base a atuação das polícias militar e civil do estado do Rio de Janeiro e das Forças Armadas na retomada por meio de “ocupação” (conceito militar) dos territórios controlados pelo tráfico de drogas para retirar este grupo do local. Isso se dá a despeito da teorização em torno do conceito de ocupação militar, caracterizada como medida aplicável a um território dominado por um “exército” inimigo, o que não era o caso dos supostos criminosos perseguidos (MIRANDA, 2014).

Elói Senhoras, André Andriw da Silva e Francisco Visgueira (2018) expõem que 2010 foi o período do *boom* das Operações de Garantia de Lei e Ordem, diferentes de uma intervenção pela menor duração e por conferirem menor autonomia às Forças Armadas. Essas operações constituíam incursões militares nas favelas, e tornaram-se uma prática corriqueira no Rio, em razão de este estado ter sediado eventos internacionais como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Essas incursões militares, contudo, não conseguiram cumprir a promessa de segurança feita aos cidadãos, posto que o “perigo” do tráfico e do crime organizado permaneceu e, ainda em 2018, movimentou a mais recente experiência militar em território fluminense, a intervenção federal.

Por essas razões, o seguinte problema se coloca: o que haveria permitido o emprego de fórmulas parecidas em um mesmo laboratório, qual seja, o decreto de uma intervenção federal no Rio de Janeiro, mesmo diante daquelas primeiras empreitadas militares, e quais as peculiaridades que esta nova fórmula assume no contexto atual, de militarização do espaço urbano (GRAHAM, 2016). Buscando responder a esse problema, traçou-se como objetivo geral deste estudo analisar as memórias e as representações sociais do telejornalismo policial sobre a intervenção e apontar as peculiaridades da nova experiência militar. Para tanto, realizou-se uma análise qualitativa da narrativa midiática sobre este acontecimento, guiada pela ótica dos estudos da memória. Em seguida, efetuou-se uma leitura do novo urbanismo militar, teorizado por Stephen Graham (2016) no contexto europeu e estadunidense que, por contraste, permite refletir sobre as especificidades brasileiras do militarismo urbano.

Como metodologia foi adotada a revisão de literatura e de declarações oficiais tratando da intervenção, bem como a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977), de materialidades midiáticas sobre a medida interventiva. Considerada a generalidade de grupos atuantes na mídia na qual a intervenção federal é representada (telejornais gerais e temáticos, mídia impressa, rádio, etc.) e, em razão das diferentes formas de comunicação de massa, recortou-se nesta pesquisa a mídia televisiva, e dentro dela o telejornalismo policial, cuja programação privilegia uma pauta criminal, na qual a temática da intervenção e das operações militares ocupa uma posição de destaque. Entre os referenciais teóricos possíveis ao estudo da memória, este trabalho amparou-se nos escritos de Halbwachs ([1950] 1990) sobre a memória coletiva, para pensar a produção de sentidos da coletividade formada pelo telejornalismo policial sobre a intervenção. A emergência da intervenção após episódios anteriores com igual propósito (combater o crime organizado e o tráfico de drogas), acompanhados pelo público, possivelmente ativa no

Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

imaginário da população representações já existentes sobre o crime, subsidiando, também, a atualização e a criação de novas representações sobre quem simboliza a ameaça. Por essa razão, somou-se a esse referencial a Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici ([2000] 2005), pois possibilita desvelar o processo pelo qual o conhecimento escapa dos sistemas unificadores, para construir a realidade experimentada pelos indivíduos, adentrando o espaço comum do que se ouve nos telejornais e se fala nas ruas.

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INTERVENÇÃO MILITAR

Como demonstra Cecília Coimbra (2001), em uma pesquisa sobre a mídia impressa do Rio de Janeiro, à época das intervenções de 1990, os meios de comunicação de massa pressionaram a atuação das Forças Armadas no estado, alegando a violência crescente nos grandes centros urbanos e o “perigo maior” do narcotráfico. Tais “perigos”, informa Michel Misse (2007), tornaram-se mais aguçados naquele estado no contexto da década de 1990, devido à disputa territorial deflagrada pela fragmentação do Comando Vermelho (organização criminosa que controlava a incidência de criminalidade comum nas ruas). A propaganda midiática agitava os ânimos da opinião pública, denunciando a inabilidade e a inércia do governo estadual para resolver o problema da criminalidade:

Os traficantes, segundo tais notícias, dominam a cidade e o Exército, à revelia do Executivo do estado, já faz algumas incursões em locais perigosos. Notícias como: “traficantes expulsam o enviado de Brizola” (JB - 14/01/94), “favelados da Cidade de Deus voltam a enfrentar a polícia” (OESP - 30/01/94), [...] “Brizola impediu ação dos federais no morro” (JB - 10/03/94), [...] afirmam que há uma situação caótica no Rio de Janeiro que não é mais controlada por seus governantes e por suas polícias. (COIMBRA, 2001, p. 145).

Decerto, o medo e a insegurança se espalharam pelo Rio de Janeiro, mobilizando a população a apoiar a guerra que seria empreendida contra o tráfico. Até o final das operações militares, o Rio enterraria centenas de mortos, enquanto alguns habitantes aguardavam, no cárcere, a liberdade, outros tantos, torturados e sequestrados, jamais seriam vistos novamente, invasões armadas se desdobraram nas favelas (com milhares de soldados escoltados por helicópteros), toques de recolher, *blitz* e chacinas entraram forçosamente para o cotidiano dos moradores da periferia, alvos prediletos da intervenção (COIMBRA, 2001).

Durante as experiências militares, da década de 1990, a mídia desempenhou o papel de amedrontar os cariocas, influenciando diretamente na percepção que os indivíduos tinham da realidade, conduzindo o imaginário desses espectadores a atualizar sentidos sobre o crime organizado e o tráfico de drogas. Para Serge Moscovici ([2000] 2005), os meios de comunicação de massa aceleram o processo pelo qual as representações produzidas no interior de sistemas unificadores – religião, ciência, ideologia oficial – ganham dimensão social, espalhando-se na cena cotidiana, na realidade comum e compartilhada. Para o autor supracitado, as ideologias participam deste processo facilitando a transição de um conhecimento consensual para o universo reificado, e vice-versa, fazendo com que as representações possam ser vistas como ciências ou como senso comum. As representações sociais, como são definidas por Denise Jodelet (2001, p. 22), correspondem a “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

As representações sociais originam-se da comunicação, mas aquelas que emergem na modernidade, diferentemente das representações coletivas (tradições estáticas e imutáveis: ciências, crenças gerais, etc.), são dinâmicas e estão em constante processo de atualização, pois na transição para um mundo moderno, as formas de comunicação também foram modernizadas, instalou-se a grande imprensa, multiplicaram-se os meios de comunicação de massa e a população alfabetizada (MOSCOVICI [2000] 2005). Desta feita, a mídia ampliou o alcance ideológico do Estado, facilitando a disseminação de visões de mundo aparentemente consensuais. Aproveitando-se do cenário onde aconteciam as investidas bélicas das Forças Armadas, as favelas, os meios de comunicação de massa conseguiram reativar medos e representações mais antigas sobre a periferia carioca, traduzidos na associação entre negritude, pobreza e criminalidade, que remonta aos tempos da escravidão (COIMBRA, 2001).

A dinâmica pela qual emerge uma representação social pode ser mais bem compreendida a partir da explicação dos mecanismos criadores de uma representação: a ancoragem e a objetivação (MOSCOVICI, [2000] 2005). O primeiro mecanismo inclui aquilo que é considerado incomum em um contexto comum, isto é, transfere as coisas avaliadas como estranhas para o sistema próprio do indivíduo de categorias previamente estabelecidas, onde o estranho, ao ser comparado com algum paradigma acumulado na memória, é classificado de forma positiva ou negativa (MOSCOVICI, [2000] 2005). De forma resumida, a ancoragem permite classificar e dar nome às coisas. Por sua vez, a objetivação trata de exteriorizar o conteúdo ancorado, reproduzir no mundo físico imagens unidas a conceitos (MOSCOVICI, [2000] 2005). Somente por meio de tais mecanismos, explica Moscovici ([2000] 2005), os indivíduos conseguem assimilar conteúdos estranhos, não familiares aos seus grupos, uma dinâmica que requer a utilização de linguagens, gestos e imagens que apenas a junção de memórias e experiências comuns pode favorecer.

Seguindo a hipótese pela qual a mídia é capaz de produzir representações pertinentes às investidas militares contra o crime, é preciso considerar o papel fundamental desempenhado pelos indivíduos nesse processo. As imagens exibidas pela mídia não são completamente inventadas por ela, pois os sujeitos que as elaboram, como todos no mundo, não escapam à força do fenômeno representacional que só admite “criar” uma imagem a partir de uma série de outras figuras acumuladas na memória e convenções subjacentes compartilhadas entre profissionais da mídia e espectadores da sociedade em geral (MOSCOVICI, [2000] 2005).

O jornalismo policial, ao distribuir informações que extrapolam o mero noticiar os fatos, tais como a explicação “jurídica” de certos comportamentos infratores e até mesmo a inquirição dos suspeitos, quando essa tarefa é de competência policial ou judicial, permite visualizar “determinado tipo de jornalista” como um profissional do senso comum (MOSCOVICI, [2000] 2005, p. 92). Para Moscovici ([2000] 2005, p. 92), as representações não são produzidas apenas nas reuniões informais, por indivíduos que assumem a posição de profissional “amador”, mas também por profissionais que dirigem suas representações a estes indivíduos “amadores”, como certos tipos de jornalistas, cujos escritos permitem ao seu público sentir-se um doutor bem entendido do assunto.

O estudo dos profissionais do telejornal como um grupo criador de representações sociais é compatível com a proposição moscoviciano segundo a qual as representações ocorrem no espaço da comunicação. De acordo com Wolfgang Wagner (1998), o discurso e a comunicação que engendram representações acontecem nos grupos “reflexivos” – aqueles onde os membros sabem conscientemente pertencer ao grupo, e são capazes de reconhecer, a partir de critérios de afiliação, outros indivíduos que também pertençam a ele. Tais critérios são atendidos quando observado o grupo do telejornalismo policial, haja vista se tratar o jornalismo de uma classe profissional, bem delimitada, que exige determinadas

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

habilidades e conhecimentos daqueles que a integram, ao mesmo tempo em que propicia aos membros discernir outros colegas de profissão dentro da população em geral.

Um telejornal policial é movimentado por um ou alguns apresentadores que noticiam os fatos, repórteres que investigam os acontecimentos, escrevem as reportagens, narram as matérias, redatores, corpo editorial, em suma, por um grupo que atende a certa coesão social, em função, entre outros fatores, de cumprir o pacto estabelecido com a audiência, de vigilância e denúncia (GOMES, 2004).

Retomando o problema inicial sobre como teria acontecido uma intervenção federal após o insucesso de intervenções militares progressas, pela lente de Halbwachs ([1925] 2004), a memória constitui uma reconstrução social das recordações do passado a partir das necessidades e condições do tempo presente. Seguindo essa noção, é possível pensar na possibilidade de representações antigas fundamentarem o conteúdo de representações atuais. Afinal, mesmo as intervenções anteriores não tendo conquistado seu objetivo – de eliminar a insegurança por meio do combate à criminalidade –, a intervenção militar retorna a acontecer sob nova roupagem.

Pode-se imaginar, inclusive, que a população teria recordação de tentativas progressas de lidar militarmente com o crime organizado no Rio, porém, sendo este ato de recordação uma reconstrução social, e não uma mera reprodução do que aconteceu, ao serem lembradas em função das necessidades e condições do tempo vivido agora, as intervenções parecem mais confiáveis do que foram um dia, e que novamente pode-se depositar nelas a esperança de ordem e segurança. Conforme os dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75% da população do Rio de Janeiro apoia a intervenção federal e, entre essas pessoas, 29% vivenciaram uma experiência de confronto armado entre criminosos e policiais militares (FBSP, 2018b). Tal como nos anos de 1990, o Rio de Janeiro continua “ameaçado” pelo tráfico de drogas e pelas organizações criminosas, ameaças que ensejam as condições e as necessidades a partir das quais as memórias, ao serem evocadas, são reconstruídas.

Interessa notar, como assevera Jedlowski (2003), que a memória coletiva não é caracterizada somente pelo compartilhamento comum do seu conteúdo entre os membros de um grupo, mas principalmente porque esses conteúdos descendem da interação social, isto é, das relações de comunicação e da capacidade dessa comunicação de triar o passado, trazendo para o presente as lembranças compatíveis com os interesses do grupo.

Por esse caminho, Halbwachs ([1950] 1990), ao criar a noção de memória coletiva, argumenta que a memória nunca é restrita a um único indivíduo, pois as lembranças são sempre construídas em relação a um ou mais grupos. Para o autor, mesmo quando se experimenta, sozinho, um acontecimento/fato/objeto, isso nunca ocorre, de fato, a sós, pois nesse exercício se consideram, ainda que em pensamento, perspectivas, leituras, e conhecimentos adquiridos em contato com outros indivíduos (HALBWACHS, [1950] 1990). Desse modo, a memória individual se constrói apoiada na memória coletiva do grupo ou grupos dos quais o indivíduo é integrante. São os pontos de coerência entre as memórias de um indivíduo com as dos outros membros do grupo que garantem a construção da lembrança sobre uma base comum e consensual (HALBWACHS, [1950] 1990). O que determina o conteúdo da memória são os marcos sociais nos quais ela se ancora (linguagem, tempo, espaço, religião, família, classe social, etc.), de modo que os indivíduos de um mesmo grupo constroem coletivamente sua memória, sujeitos que estão à determinação dos mesmos marcos (HALBWACHS, [1925] 2004).

Nessa perspectiva, existem memórias coletivas de tantos grupos quanto existirem em uma sociedade. Pensando o panorama da intervenção federal no Rio de Janeiro, analisa-se a memória elaborada e compartilhada

Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

pelo telejornalismo policial sobre a aplicação da medida interventiva, refletindo sobre a capacidade das representações elaboradas por estes profissionais de compor uma realidade sobre este evento.

A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO NAS ANTENAS DO TELEJORNALISMO POLICIAL: ORDEM E TIROS NAS FAVELAS

Para uma análise qualitativa das memórias e representações do telejornalismo policial sobre a intervenção federal, selecionamos um telejornal policial diário, o **Brasil Urgente**, classificado como telejornal temático de cobertura policial e criminal, de ampla audiência em 2018, segundo o Kantar Ibope Media (2018). Embora fique atrás do **Cidade Alerta** em audiência no mesmo ano, o **Brasil Urgente** apresenta maior cobertura da intervenção, acompanhando as operações militares desde o início da implementação da medida interventiva até o seu término. Para a análise, o material audiovisual do telejornal policial escolhido foi coletado, recorrendo-se ao canal deste programa na plataforma digital do *youtube*, onde são hospedados os vídeos emitidos na televisão, disponíveis à visualização pelo público. Realizou-se uma busca no canal do **Brasil Urgente** no *youtube* utilizando as palavras-chave “intervenção” e “Rio”. A partir desta busca, foram coletadas todas as matérias que, direta (no título da reportagem) ou indiretamente (no conteúdo da reportagem), abordavam o assunto. Foram coletadas 32 matérias, transmitidas em 2018, período da intervenção federal, e nos dois primeiros meses de 2019, quando o telejornal passou a divulgar o balanço da intervenção.

Os dados recolhidos foram submetidos à análise de conteúdo, formulada por Laurence Bardin (1977), por possibilitar uma leitura dos significados menos imediatos e mais latentes das mensagens. Sendo diversas as técnicas de análise de mensagens que compõem esta metodologia, realizou-se uma análise categorial temática, que consiste na descoberta de “núcleos de sentido” de uma comunicação, inferidos a partir da frequência na qual aparecem nas mensagens (BARDIN, 1977, p. 105). Na primeira fase da análise, para a preparação do material, as matérias coletadas foram visualizadas e transcritas a fim de facilitar a codificação dos dados, isto é, o recorte e a agregação dos dados do texto a fim de alcançar uma representação de seu conteúdo que fosse expressiva de suas principais características. Por se tratar de uma análise categorial temática, partiu-se dos temas – formulados e perseguidos em sintonia com o referencial teórico e objetivos desta pesquisa – como unidades de registro emergentes das matérias telejornalísticas. Verificou-se a incidência das unidades de registro temáticas a partir da frequência de evocação de palavras significantes do tema. Nesse passo, os temas emergentes do material analisado, fixados como unidades de registro, foram: a insegurança social no Rio de Janeiro, supostamente promovida pela criminalidade e utilizada pelo telejornal para justificar a medida interventiva, e a eficácia/sucesso da intervenção. Para a codificação das unidades de registro, observaram-se as unidades de contexto onde apareciam, ou seja, averiguaram-se os segmentos de mensagens – contexto/dimensão superior às unidades de registro que facilitaram a compreensão do seu significado. Por fim, agruparam-se as unidades codificadas em duas categorias temáticas, que permitiram inferências sobre o conteúdo latente nas matérias: memórias e representações sociais sobre a insegurança social no Rio de Janeiro e memórias e representações sociais sobre a eficácia da intervenção federal.

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A INSEGURANÇA SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

A insegurança social foi categorizada nesta pesquisa como unidade de registro temática, codificada a partir de palavras indicadoras deste tema nas matérias telejornalísticas analisadas. Nesse caminho, verificou-se que

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

a mídia objetiva a insegurança social no Rio por meio de metáforas como pânico, terror, violência, medo e guerra. Conforme explicam Olga Ordaz e Jorge Vala (1997), em uma pesquisa sobre as representações sociais do suicídio na mídia, a objetivação de representações pode acontecer, entre outras formas, pela figuração, processo no qual as metáforas funcionam como a expressão da objetivação de um conceito ou pensamento, evidenciando aspectos deste conceito/pensamento ao mesmo tempo em que esconde outros, tornando-se, por isso, capazes de produzir sentidos e estruturar experiências. Pode-se, então, pensar na objetivação, pelo telejornalismo policial, de representações sociais sobre a insegurança no Rio como condutoras da narrativa e dos sentidos sobre a intervenção. Por essa guia, a metáfora “pânico” aparece em cinco reportagens para substituir informações sobre o número de vítimas em conflitos armados e os responsáveis por eles, ou apelar para o sensacionalismo (exemplos: “o tiroteio realmente trouxe pânico”, “dia de pânico na comunidade”). Do mesmo modo, em duas matérias, a metáfora “terror” recobre os sujeitos e acontecimentos responsáveis por aterrorizar a população (exemplo: “Manhã de confrontos aterroriza moradores do RJ”), ao mesmo tempo em que serve à personificação de uma cidade (exemplo: “Angra dos Reis vive clima de terror durante ataques”). O “medo”, metaforicamente expresso no vocabulário dos repórteres em duas matérias, também é personificado (exemplo: “quem mora na cidade convive com o medo”), e em nenhum momento os agentes de segurança são apontados como instigadores deste medo. De outro lado, a pesquisa de Marcelo Lopes de Souza (2012) revela que, na periferia, a polícia ameaça e põe medo. É o que se constata com a informação de que 70% da população em geral (de comunidades e outros territórios) da cidade do Rio de Janeiro tem medo da polícia militar, enquanto entre os negros a proporção é de 73%, ampliando-se ainda nas comunidades na proporção de 78% (FBSP, 2018b). Segundo pesquisadores do Fórum de Segurança Pública:

[...] a violência está longe de ser democrática. Negros e moradores das comunidades permanecem como as maiores vítimas dessa violência que aterroriza todos e todas. 37% dos moradores de comunidade se viram diante de um tiroteio e 26% da população que reside em outros territórios. Os moradores das comunidades também foram proporcionalmente mais vítimas de balas perdidas (9%) do que o restante da população (7%), assim como mais vítimas de agressão física em casa ou na rua (9% entre os que vivem em comunidades e 5% dentre o restante da população). (BUENO; LIMA, 2018, p. 11).

A “violência” é empregada em 12 comunicações, assim como verificado no uso das outras metáforas, a fim de substituir pessoas e fatos diretamente responsáveis pelos acontecimentos noticiados (exemplos: “a violência tá tão pertinho”, “onda de violência”) – adquirindo, em uma das notícias, contornos de uma epidemia que se desenvolve no interior das comunidades (“ambiente propício à proliferação da violência”).

Por fim, a metáfora “guerra” aparece em sete reportagens para descrever situações de confronto armado. Em três matérias este termo caracteriza o confronto entre policiais e “criminosos” (“Rotina de cenário de guerra na Cidade de Deus”, “a cena é de guerra” e “Guerra contra o tráfico”), enquanto em quatro notícias a guerra é apresentada como o conflito existente no interior das comunidades cariocas, entre facções rivais que disputam território, na qual as Forças Armadas e a polícia aparecem apenas para intervir e controlar a situação (“é uma guerra entre facções”, “existe uma guerra de facções”). Estas comunicações não incluem as forças de segurança em qualquer dos polos da “guerra”, nem mesmo atribuem a elas um papel direto nas “batalhas”, sugerindo que estas ocorrem sempre antes da chegada dos agentes de segurança e nunca fomentadas pelas operações militares.

Esta representação de uma guerra, na qual os agentes de segurança só aparecem para por fim nas “batalhas”, contrasta com os infográficos disponibilizados pelo Observatório da Intervenção, segundo

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

os quais nos primeiros três meses de implementação da medida interventiva já se contabilizavam 310 homicídios, frutos da oposição à atuação das forças militares, destacadas as “vinganças” promovidas pelos agentes policiais em razão da morte de companheiros de trabalho, como a incursão do Batalhão de Choque na Rocinha, durante a madrugada de 24 de março de 2018, responsável pela morte de oito moradores da comunidade (RAMOS, 2018a). O Observatório ainda registrou que, no dia 20 de junho de 2018, helicópteros da Polícia Civil sobrevoaram a comunidade da Maré e dispararam contra “alvos” no solo, marcando as ruas com mais de 160 tiros (RAMOS, 2018b).

Além do Observatório da Intervenção, outras instituições mobilizaram-se para acompanhar a atuação dos militares durante as operações interventivas. O “Circuito Favelas por Direitos”, de iniciativa da Ouvidoria Geral da Defensoria do Rio de Janeiro, com outros órgãos estatais e da sociedade civil, percorreu 15 favelas cariocas, escutando os relatos de mais de 300 moradores (DPGE, 2018). O Circuito observou que as prisões e detenções recaem maciçamente sobre a juventude negra, abordada inclusive dentro de suas residências, simplesmente pela sua localização na favela, sob suspeita do cometimento de crimes pelo fato de não possuir carteira de trabalho ou reunir-se em grupo (DPGE, 2018).

O Circuito também categorizou 30 tipos de violações denunciadas pelos entrevistados, entre elas invasões de residência, seguidas de furtos de aparelhos e dinheiro dos moradores, destruição de bens e pertences, extorsões, bem como de estupros e outras violências sexuais cometidas pelos militares contra jovens moradoras das comunidades (DPGE, 2018). Diante destes resultados, é razoável considerar que a insegurança social que ensejou a “guerra” não diz respeito apenas aos efeitos dos conflitos entre grupos criminosos rivais anunciados pelo telejornalismo policial, mas pode se referir também às consequências diretas e indiretas das operações militares.

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO FEDERAL

Para evidenciar a “eficácia” da intervenção federal, o telejornal policial apresenta a redução dos índices de criminalidade no Rio de Janeiro e a estabilização, pelas Forças Armadas, das áreas consideradas perigosas. Assim, durante o processo de categorização da eficácia da intervenção, codificaram-se os indicadores “redução” (compreendendo também os sinônimos diminuição e queda) e “estabilização” (ou controle) para melhor compreensão dos seus índices no contexto em que emergem nas matérias.

A “redução” é mencionada em cinco reportagens, aludindo aos percentuais de criminalidade do Rio após a medida interventiva, comparando-os com cifras e porcentagens de anos anteriores. A afirmativa midiática mais comum nas reportagens assinala que após a atuação das Forças Armadas os principais índices de criminalidade foram reduzidos. Em somente duas destas reportagens o aumento da letalidade decorrente da atuação policial é anunciado. Todavia, uma destas matérias apresenta o aumento desta letalidade comparando-a com a proporção de agentes mortos em serviço. Enquanto a letalidade policial é apresentada em porcentagem (“um salto de mais de 35%”), a quantidade de agentes de segurança mortos é expressa em números (“403 agentes de segurança feridos e 123 mortos”). Vale grifar, se a porcentagem permite apenas imaginar o efetivo número de mortos por intervenção policial, a informação numérica dos agentes vitimados é mais facilmente assimilada pelo espectador, conduzindo-o a acreditar naquela representação de uma “guerra” na qual a polícia é a mais vitimada.

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

A “estabilização” está estampada em nove matérias analisadas, e em todas elas se refere à atividade das Forças Armadas na remoção de barricadas instaladas nas ruas das comunidades por “criminosos”, e posicionamento estratégico dos militares nas principais vias de acesso a estas regiões. Ainda que a mídia apresente a estabilização como indicadora de sucesso da intervenção, isto é, do controle da criminalidade, esta atividade pouco atesta este caráter. A memória do êxito da intervenção federal compartilhada com o público pelos jornalistas, quando comparada aos dados relativos às consequências negativas da intervenção, evidencia o senso comum pelo qual a intervenção é representada no telejornal, como uma medida necessária e eficaz, sem informar o verdadeiro custo das 711 operações realizadas pelas forças de segurança: 1.375 mortes decorrentes de ação policial em contraste com o número de 99 agentes de segurança vitimados – dados disponibilizados pelo Observatório da Intervenção (CESEC, 2019). É alarmante que a letalidade policial tenha sido noticiada com eufemismos e com menor destaque em comparação com a diminuição da incidência de roubos, tráfico de drogas e, contraditoriamente, de homicídios.

AS TESTAGENS DE UM NOVO URBANISMO MILITAR NO BRASIL

O geógrafo inglês Stephen Graham (2016) apresenta os contornos modernos do militarismo pós-Guerra Fria, a partir de dados relativos à realidade urbana e militar dos Estados Unidos e do Reino Unido. Em sua pesquisa, o geógrafo afirma a proliferação, em todo o mundo, de esforços tecnológicos governamentais para vigiar a população urbana. Para além de representarem uma adaptação da reação do Estado às novas ameaças à segurança (terrorismo, crimes ambientais, etc.), esses esforços traduzem um projeto de militarização da sociedade civil, passível de ser rastreada, identificada e selecionada, ou seja, ideias militares são transpostas para a vida cotidiana (GRAHAM, 2016).

O autor sobredito destaca como uma característica própria do novo urbanismo militar a noção de guerras assimétricas e permanentes, nas quais de um lado impõe-se um aparato militar e de inteligência equipado com tecnologia avançada, e de outro insurgem terroristas internacionais e nacionais, anônimos e invisíveis porque dispersos entre os civis da cidade. Seus meios de atuação são aqueles que ligam as cidades modernas, isto é, a Internet, o GPS, as linhas aéreas, os celulares, e sua zona de batalha, a mesma percorrida pelos civis: supermercados, metrô e outros espaços da cidade (GRAHAM, 2016).

Tomando por referência o novo urbanismo militar de Graham, cabe apontar neste trabalho, sobre as especificidades brasileiras em contraste à realidade estadunidense e europeia: criminalidade comum x terrorismo, inimigo determinado x inimigo disperso na população geral, tecnologia militar em desenvolvimento x alto nível de tecnologização militar (SOUZA, 2016). Contudo, a guerra assimétrica contra o crime é um traço evidente tanto no Norte global quanto em território nacional, com a especificidade brasileira de ser direcionada não contra toda a população, mas sobre sua fatia mais facilmente criminalizável. Olhando atentamente para a intervenção militar no Rio de Janeiro, pode-se dizer que a guerra ao crime, no território brasileiro, combate grupos marginalizados da sociedade, e em vez de barricar os metrô e supermercados como aponta Graham (2016), constrói suas trincheiras nas favelas.

Outra afirmativa do geógrafo inglês que contrasta com a realidade brasileira é a de que tanto as cidades ocidentais quanto as fronteiras/periferias coloniais dispõem de sistemas de identificação da parcela “perigosa” das populações urbanas (GRAHAM, 2016). Em termos de recurso, continua o autor sobredito, há uma paralela utilização nestas duas esferas de equipamentos de alta tecnologia: satélites, fiscalização biométrica, drones, assim como em ambas vigem doutrinas que pregam uma guerra permanente na qual

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

todos os moradores da urbe são alvos constantes, cujas intenções malignas ou benignas são testadas por “complexas arquiteturas de vigilância”, cujos passos são monitorados por tecnologias como GPS e biometria (GRAHAM, 2016, p. 35). Nessa perspectiva, é possível verificar, parcialmente, no Brasil, a adoção de um monitoramento tecnológico como uma tática de controle, ainda que em menor proporção quando comparado à Europa. Basta pensar na penetração do sistema biométrico de identificação (nas eleições, nas operações bancárias, etc.) e das câmeras de vigilância no cotidiano da população. Contudo, no Brasil, a segurança pública das cidades ainda necessita de reformas tecnológicas inovadoras, como aquelas promovidas nas polícias de Nova York e Bogotá, de informatização das atividades operacionais (ZILLI; COUTO, 2017). A guerra travada contra a criminalidade em solo nacional, embora possua, também, um caráter permanente, tal qual aquele atribuído por Graham às guerras do Ocidente, focaliza um alvo menos disperso que se destaca entre a multidão da urbes, dificilmente confundido entre os habitantes da população, e por isso mais vulnerável às lentes da vigilância militar: a população negra da periferia.

A nova doutrina militar apaga cada vez mais as distâncias entre forças distintas: policial, militar e de inteligência (GRAHAM, 2016). A concentração das forças de segurança pública em uma superpoderosa força militar também é sentida no Brasil. Nesse sentido, a recente intervenção federal no Rio de Janeiro esboça, durante o ano de 2018, um modelo de urbanismo militar que pode ser comparado àquele descrito por Graham, reservadas as peculiaridades brasileiras, europeias e estadunidenses. Este trabalho segue a hipótese de que no Sul global a “guerra securocrática”, embora não se dirija imediatamente ao combate nas fronteiras, arremessa todo o seu peso ao interior do Estado, mais especificamente ao interior das favelas.

Tomando o caso da intervenção federal no Rio de Janeiro, pela qual o exército militar assumiu o controle da segurança pública do estado em sua integralidade, abarcando a polícia civil e militar, realiza-se outro processo do urbanismo militar descrito por Graham: “uma ‘policialização das forças militares’ que ocorre em paralelo com a ‘militarização da polícia’” (GRAHAM, 2016, p. 165). Para o autor, a potencialização das Forças Armadas, nutrida com a assunção do controle da força policial e do conjunto da segurança pública, arrisca restrições legais e coloca em cena inimigos uniformizados ou sem qualquer uniforme, recortados dos seus agrupamentos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão travada nesse trabalho permitiu evidenciar que a memória coletiva do telejornalismo policial objetiva na sua programação a intervenção federal como uma medida bem-sucedida no enfrentamento à criminalidade, fazendo parecer pela narrativa das notícias sobre as operações militares nas favelas cariocas que a sensação de “insegurança” durante o período interventivo era generalizada, justificando a presença das Forças Armadas nas comunidades para controlar a atividade de grupos criminosos. São exibidos os tiroteios, as prisões e comentadas as vítimas de balas perdidas, metaforizados pelos jornalistas como uma guerra amainada pela atuação das Forças Armadas. Tudo se desenrola sem que a programação do telejornal noticie a violência letal desferida pelos agentes de segurança contra os moradores das comunidades. Nesse passo, uma realidade representacional é tecida sobre a intervenção pela memória dos telejornalistas, preenchida de um senso comum caolho, interessante à legitimação da militarização da segurança pública, ignorando os reais efeitos “colaterais” da atuação militar, isto é, desconsiderando dados dos relatórios oficiais acerca do saldo negativo da intervenção.

Sob a mira antidemocrática do belicismo militar, o decreto e a efetivação da intervenção federal no Rio de Janeiro são legitimados por interesses de uma guerra securocrática que, recorrendo à violência,

dispara contra uma criminalidade supostamente concentrada nas periferias. Comparando o movimento de militarização urbana desempenhado nos Estados Unidos e na Europa com o emergente no território nacional, onde se converte a cidade em campo de batalha da guerra permanente ao crime, destaca-se a peculiaridade brasileira, em que os esforços militares elegem um alvo predileto das suas investidas, a população pobre e negra das favelas, diretamente vulnerável por estar no palco das operações militares. Tendo em vista a disparidade entre o número de agentes de segurança vitimados e o número de mortos pelas ações desses agentes, diferentemente de uma verdadeira guerra onde os polos em conflito apareceriam um ao outro como ameaças potencialmente equivalentes em força, simula-se uma guerra onde há menos “batalhas” do que assassinios.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Por uma nova política de segurança pública. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Rio sob intervenção**. São Paulo: FBSP, 2018. p. 10-12.

CESEC. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. **Observatório da Intervenção**. Rio de Janeiro: CeseC/Ucam, 2019. Disponível em: <<http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/apresentacao-de-infograficos>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

DPGE. Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. **Circuito Favelas por Direitos**. Rio de Janeiro: DPGE, 2018.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edição Especial 2018: Análise dos Estados e Facções Prisionais**. São Paulo: FBSP, 2018a.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Rio sob Intervenção**. São Paulo: FBSP, 2018b.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Itania Maria Mota. Brincadeira de bandido e mocinho: um exercício de análise do programa Cidade Alerta. Artigo desenvolvido na disciplina COM511 – Linguagens da Comunicação e da Cultura. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Tradução Manuel Antonio Baeza e Michel Mujica. Barcelona: Anthropos, 2004. Tradução de: Éditions Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Larent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: Presses Universitaires de France, 2 ed., 1950.

JEDLOWSKI, Paolo. Memórias. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-posições**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 217-34, 2003.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. **Fórum Sociológico**, n. 25, p. 1-18, 2014.

**Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro**

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 139-157, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NBR TV. Presidente Michel Temer assina decreto de intervenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro. **Repórter NBR**, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7H0lqToJhcM>>. Acesso em: 5 out. 2018.

ORDAZ, Olga; VALA, Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise social**, vol. XXXIII, p. 847-874, 1997.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 30/07 a 05/08**. KIM, 2018. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-3007-a-0508/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RAMOS, Sílvia. (Coord.). **Três meses de intervenção no Rio**: Mudou alguma coisa? Infográfico. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, 2018a.

RAMOS, Sílvia. **Cinco meses de intervenção federal**: Muito tiroteio, pouca inteligência. Infográfico. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, 2018b.

SENHORAS, Elói Martins; SILVA, André Andriw Santos da; VISGUEIRA, Francisco César Bezerra. Operações de Garantia da Lei e da Ordem: Estudo de Caso Comparado sobre o Uso das Forças Armadas no Estado do Espírito Santo e no Brasil. **Intellector**, vol. XVI, n. 30, p. 27-45, 2018.

SOARES, Luiz Eduardo; SENTO-SÉ, João Trajano. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro**: dilemas de um aprendizado difícil. Projeto MARE-CAPES – Reforma do Estado e Proteção Social – Subprojeto de segurança pública. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Prefácio. In: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 29, p. 117-29, 2012.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Sílvia Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 3-25.

ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 681-700, 2017.

Memórias e representações sociais do telejornalismo policial
sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

Carlos Augusto Sousa Dantas, Luci Mara Bertoni e
Ângela Viana Machado Fernandes

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**